
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**

KIM PATROCA KATAGUIRI, brasileiro, deputado federal, com Cadastro de Pessoas Físicas sob número 393.134.958-64, portador do título de eleitor número 4152.8341.0183, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Anexo IV, gabinete 421, Brasília-DF, CEP número 70160-900, endereço eletrônico dep.kimkataguiiri@camara.leg.br, e **RUBENS ALBERTO GATTI NUNES**, brasileiro, vereador no Município de São Paulo, com Cadastro de Pessoas Físicas sob número 369.073.308-14, com endereço profissional no Viaduto Jacareí, 100, gabinete 1109, São Paulo-SP, CEP número 01319-90, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, através de seu advogado e bastante procurador, com fulcro no artigo 1º, parágrafo único, no artigo 5º, inciso LXXI, e no artigo 102, inciso I, alínea “q”, da Magna Carta e na Lei Federal número 13.300/16, impetrar o presente **MANDADO DE INJUNÇÃO** em face do **Presidente da Câmara dos Deputados, ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA**, que pode ser encontrado no endereço profissional sito à Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 942, Brasília-DF, CEP número 70160-900, endereço eletrônico dep.arthurlira@camara.leg.br, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

I – PRELIMINARMENTE

O presente Mandado de Injunção tem seu cabimento previsto no artigo 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal. Vejamos:

Art. 5º. [...] LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

No mesmo passo, o artigo 2º, da Lei número 13.300/16, assevera o seguinte:

conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A Lei nº 13.330/16, que disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo, salienta em seu artigo 8º que, reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para:

- (i) determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora; e para*
- (ii) estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.*

E a citada lei continua disciplinando que “*poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração*” (artigo 9º, § 1º).

O art. 3º da Lei traz o seguinte: “*São legitimados para o mandado de injunção, como impetrantes, as pessoas naturais ou jurídicas que se afirmam titulares dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas referidos no art. 2º e, como impetrado, o Poder, o órgão ou a autoridade com atribuição para editar a norma regulamentadora*”.

Os impetrantes são cidadãos brasileiros – deputado federal e vereador eleitos – e preenchem os requisitos satisfativos para propor a presente demanda.

Outrossim, conforme se verá, o presente remédio constitucional é perfeitamente cabível, motivo pelo qual deve ser processado e julgado pelo E. STF, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea “q”, da Constituição Federal.

O pedido que se formulará no presente Mandado de Injunção guarda estrita relação com os fatos a seguir narrados e merece especial atenção, considerando que é necessária a intervenção dessa Egrégia Corte para determinar um prazo que o Congresso Nacional decida sobre os pedidos de Impeachment do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que já foram encaminhados à Câmara dos Deputados e aguardam análise há muito tempo.

II – DOS FATOS

O processo de impeachment contra o Presidente da República encontra guarida no art. 85, § único da Constituição Federal.

Vejamos:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

(...)

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

A Lei federal nº 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e regula o processo de julgamento, traz considerações sobre a acerca da legitimidade ativa para sua provocação, e as condições mínimas do denunciante.

Vejamos:

Art. 14. É permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.

Art. 15. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.

Art. 16. A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser encontrados, nos crimes de que haja prova testemunhal, a denúncia deverá conter o rol das testemunhas, em número de cinco no mínimo.

Portanto, qualquer cidadão pode oferecer o pedido de impeachment, mediante denúncia formal.

Cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados (autoridade impetrada) a competência para proceder ao exame inicial da denúncia (vide STF, MS 20.941-DF, Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 31/08/1992).

O artigo 19 e seguintes da Lei trazem o procedimento a ser observado nesses casos de acusação. Vejamos:

Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.

Art. 20. A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu Presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia.

§ 1º O parecer da comissão especial será lido no expediente da sessão da Câmara dos Deputados e publicado integralmente no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, juntamente com a denúncia, devendo as publicações ser distribuídas a todos os deputados.

§ 2º Quarenta e oito horas após a publicação oficial do parecer da Comissão especial, será o mesmo incluído, em primeiro lugar, na ordem do dia da Câmara dos Deputados, para uma discussão única.

Art. 22. Encerrada a discussão do parecer, e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contestá-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado.

§ 1º Findo esse prazo e com ou sem a contestação, a comissão especial determinará as diligências requeridas, ou que julgar convenientes, e realizará as sessões necessárias para a tomada do depoimento das testemunhas de ambas as partes, podendo ouvir o denunciante e o denunciado, que poderá assistir pessoalmente, ou por seu procurador, a todas as audiências e diligências realizadas pela comissão, interrogando e contestando as testemunhas e requerendo a reinquirição ou acareação das mesmas.

§ 2º Findas essas diligências, a comissão especial proferirá, no prazo de dez dias, parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia.

§ 3º Publicado e distribuído esse parecer na forma do § 1º do art. 20, será o mesmo, incluído na ordem do dia da sessão imediata para ser submetido a duas discussões, com o interregno de 48 horas entre uma e outra.

§ 4º Nas discussões do parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia, cada representante de partido poderá falar uma só vez e durante uma hora, ficando as questões de ordem subordinadas ao disposto no § 2º do art. 20.

Como pode ser observado acima, a Lei 1.079/50 é omissa quanto ao prazo para a conclusão desse exame inicial. Mas, o que se verifica é que o legislador tenta dar maior celeridade à tramitação do processo de impeachment, sendo medida contrária a morosidade da análise preliminar da denúncia.

Diante de atentados contra o Estado Democrático de Direito, foram propostos diversos Impeachments contra o atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Os pedidos foram pelos mais variados motivos.¹

Ocorre que não houve o prosseguimento da maioria destes pedidos junto à Casa Legislativa, justamente pela lacuna legal e a falta de regulamento sobre os prazos a serem cumpridos durante esse rito.

A falta de análise dos pedidos de impeachment se dá por questões meramente políticas e não por excesso de demandas junto à Câmara dos Deputados. Como pode ser extraído de diversas pautas tanto do Plenário quanto das Comissões, a CD analisa diversos projetos que não tem qualquer urgência.

E mesmo que se diga que estamos em uma pandemia e que as medidas de combate ao coronavírus é que devem ser analisadas de forma prioritária, muitos pedidos de impeachment do Presidente da República foram propostos, justamente, pela má condução do Presidente nas medidas de enfrentamento.

O fato é que é que a CF assegura a todos o direito a razoável duração do processo. Da mesma forma, a eficiência é um pilar indiscutível que deve o agente público se pautar.

Diante disso, indiscutivelmente, é necessário que este Supremo Tribunal Federal determine, na ausência de dispositivo legal, um prazo para que a Câmara Legislativa decida sobre os pedidos de Impeachment do Presidente, muitos deles sem tramitação há mais de 1 ano, como será exposto adiante.

III – DO DIREITO

Considerando a natureza jurídica do Mandado de Injunção e a ausência de norma que regulamente os prazos para apreciação de pedidos de impeachment no Congresso Nacional, é necessária a imposição de prazos para a análise do mesmo.

¹ Fonte <https://www.camara.leg.br/noticias/723724-oposicao-protocola-pedido-de-impeachment-de-bolsonaro-e-quer-cpi-com-foco-na-pandemia/>

Isso não somente para atender aos anseios da população brasileira, mas também, para garantir ao Presidente uma razoável duração dos seus processos, de forma a afastar a instabilidade para o próprio denunciado.

De acordo com a Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

E o Código de Processo Civil aduz o seguinte:

Art. 4º As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.”

Como dito alhures, a duração razoável do processo é crucial para todas as partes envolvidas. No caso dos pedidos de impeachment, é direito do Denunciante (que protocolou o pedido), da sociedade brasileira (que sofrerá os efeitos da decisão) e do Presidente (que não deve suportar a instabilidade e morosidade de um processo).

Ato contínuo, a Administração Pública e seus agentes possuem o dever de observância das prescrições legais. Quando há inobservância dos deveres a ela impostos pela ordem jurídica, por certo, tem-se a inatividade do Estado.

Portanto, a demora injustificada da Administração em decidir sobre o requerimento do impetrante contraria o direito à duração razoável do processo administrativo, art. 5º, inc. LXXVIII, da CF e o princípio da eficiência e celeridade, esculpidos no art. 37 da CF.

Como dito, é direito, inclusive do Presidente da República ter os seus processos de impeachment julgados com celeridade, independentemente do mérito.

A administração pública é obrigada a garantir a tutela jurisdicional em tempo razoável, ainda quando a dilação se deva a carências estruturais, pandemia, troca de presidência das casas legislativas etc., pois não é possível restringir o alcance e o conteúdo deste direito.

Repise-se: nenhum argumento é capaz de justificar a mora administrativa e não pode se sobrepor ao direito constitucional da eficiência, celeridade e duração razoável do processo.

Esse entendimento, inclusive, é esposado por este Egrégia Corte. No RMS 28172, a Ministra Relatora Carmen Lúcia, aplicou ao caso concreto o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal de 1988: “*A razoável duração do processo vale judicial e administrativamente e, neste caso, realmente, tem razão a insurgência*”.

Portanto, não restam dúvidas de que o Supremo Tribunal Federal deve decidir sobre a lacuna legislativa, determinando um prazo razoável para análise dos pedidos de impeachment do Presidente da República.

E aqui, Excelências, não se pleiteia que a Suprema Corte assuma um papel de legislador, mas que decida sobre a durabilidade razoável da análise destes processos, em estrita observância aos princípios constitucionais supracitados.

Por esse motivo, pede-se também que este Tribunal determine à Câmara dos Deputados que regulamente, através de normativo próprio, os prazos para apreciação dos pedidos e requerimentos de impeachment, justamente para trazer maior segurança jurídica ao processo.

IV – DAS PROVAS

De acordo com o §2º do art. 4º da Lei 13.300/16, quando o documento necessário à prova do alegado encontrar-se em poder de autoridade pública, pode ser ordenada, a pedido do impetrante, a exibição do documento no prazo de 10 dias.

Para corroborar com este pleito, juntam-se reportagens da imprensa, que informam a demora e a quantidade de processos de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

Ao tempo em que se acostam as provas coletadas, requer-se que a Autoridade Impetrada disponibilize, no prazo legal, o número de processos de impeachment em face do Presidente existentes na Câmara que ainda não foram admitidos ou tiveram seu mérito analisado.

V – DO PEDIDO

Ante o exposto, pede-se:

- a) que a Autoridade Impetrada apresente, no prazo de 10 dias, todos processos/requerimentos de Impeachment contra o Presidente da República;
- b) intimação do Ministério Público Federal, para que se manifeste no processo;
- c) citação do Presidente da Câmara dos Deputados para responder à presente demanda;
- d) o deferimento do presente mandado de injunção para que o STF determine um prazo razoável para que a Câmara dos Deputados analise os pedidos/requerimentos, diante da lacuna legal;
- e) por fim, que o STF determine à Câmara dos Deputados que proceda à regulamentação interna de prazos para apreciação de pedidos e requerimentos de Impeachment perante a Casa Legislativa.

Dá-se à causa o valor de R\$1.000,00, para fins meramente de alçada, requerendo que todas as intimações sejam realizadas em nome de **PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO, OAB/SP nº 312.410**, sob pena de nulidade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília, 12 de abril de 2021.

PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO

OAB/SP 312.410